

GRANDES CONSUMIDORES

INDÚSTRIA TRABALHA PARA REDUZIR CUSTO

Setor defende mudanças na formação das tarifas, sobretudo em relação aos encargos, e corre atrás de fontes alternativas de energia Por Roseli Lopes



Bunting, da Shell Energy: projetos de autoprodução são muito vantajosos

O custo ainda é um dos maiores desafios para grandes indústrias em relação à energia. Em 2021, a conta de energia acumulou um aumento de 114%, bem acima da alta da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período. O encarecimento, que pesa não apenas no orçamento de famílias, mas também no de empresas, tem empurrado cada vez mais os maiores consumidores para o mercado livre como alternativa para escapar das tarifas estipuladas pelo governo. No ano passado, esse ambiente, disponível apenas a consumidores com demanda de energia acima de 500 kW e onde se podem negociar as condições comerciais de compra de energia escolhendo o fornecedor, bateu recorde de novas unidades consumidoras.

Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o número de empresas que migraram do mercado cativo, vinculado às concessionárias, para o livre cresceu 87,2% em 2021, com 5.523 novos participantes, um recorde para o segmento. E o alto custo da energia fornecida pelos distribuidores no mercado regulado foi o principal motivo dessa migração. No início de 2022, enquanto no mercado cativo a tarifa média custava R\$ 332 MWh, no mercado livre pode ser comercializada em média

DIVULGAÇÃO

por R\$ 177 MWh, conforme a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel). Hoje, o ambiente de contratação livre representa 34,5% de toda a energia consumida no Sistema Interligado Nacional (SIN). Entre os fatores que explicam esse avanço está a previsibilidade de preços, diz Juliana Melcop, sócia da área de energia do escritório Souto Correa Advogados.

"Apesar de o nível dos reservatórios terem apresentado melhora, mitigando o risco de oferta, continuamos com as contas elevadas pelos encargos decorrentes de fatores variados dos últimos dois anos, desde o impacto da pandemia da covid-19 até a necessidade de uso do sistema termoeletrico em momentos de baixa oferta, e isso tem feito com que esses grandes consumidores busquem redução de custos no mercado livre", diz Juliana. A abertura desse mercado a mais consumidores é uma das demandas da CCEE junto ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Para a Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), que reúne empresas responsáveis por cerca de 40% do consumo nacional de energia no país, o momento "é de insatisfação grande por parte do setor industrial", conforme diz seu presidente, Paulo Pedrosa. "Um dos problemas que temos neste momento é a visão distorcida do governo em relação ao custo, que passa pela formação de preço." Segundo Pedrosa, hoje há um conjunto de coisas que o consumidor paga que não deveria estar na conta. Como os encargos, por exemplo.

Apenas os encargos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), cobrados dos agentes comercializadores de energia, deverão superar R\$ 30 bilhões em 2022, com um acréscimo de R\$ 9 bilhões nas cotas pagas pelos consumidores em relação a 2021, aponta a Abrace. Para ela, a indústria paga valores que não são compensados, como no caso dos impostos. A alíquota desses encargos, lembra Pedrosa, é proporcional-



mente maior para o setor industrial, uma vez que está indexada ao total da energia consumida.

Em defesa da maior transparência dos preços e das tarifas, da restrição dos encargos pagos, além de melhores condições de previsibilidade dos custos finais, a Abrace, junto com seis associações de consumidores e da sociedade civil – a Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), o Conselho Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica (Conacen), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a União pela Energia, o Instituto Pólis e o Instituto Clima e Sociedade (iCS) –, assinou, em março, manifesto para aprovação do Projeto de Lei 414/2021, que trata da modernização do setor elétrico, tendo como um dos focos a correção dos preços.

A expectativa é de que o projeto, que retornou ao Senado após sofrer mudanças na Câmara dos Deputados, seja aprovado ainda em 2022.

"O PL 414 é uma janela de oportunidade para o setor, mas que vai depender também da participação da sociedade e, por isso, é preciso decodificar essa discussão para mobilizar a sociedade e os segmentos da indústria, a fim de debater as opções energéticas hoje do país. Basta ver o estudo da EPE [Empresa de Pesquisa Energética] que mostra que as políticas energéticas atuais encarecem o preço da energia em 30% no Brasil", diz Pedrosa.

Juliana, do Souto Advogados, diz que o PL 414/2021 é uma oportunidade de levar os consumidores para o mercado livre, o que seria uma grande revolução para o modelo atual e o desenvolvimento do mercado livre. "Para os grandes consumidores como empresas, é um grande diferencial, e é preciso lembrar que o fortalecimento do mercado livre também interessa às comercializadoras de energia", diz a advogada. Segundo ela, "aquelas que tentam fugir da disparada dos

Pedrosa, da Abrace: valor dos encargos deve superar R\$ 30 bilhões em 2022

preços também estão optando pela autoprodução, em especial a autoprodução por equiparação, em que a indústria compra ações de determinada geradora de energia, modelo que já está bem desenvolvido nas eólicas, tornando-se de certa maneira autoprodutor”, afirma.

“Infelizmente, na última década, apesar de o preço da energia ser competitivo, o custo final subiu muito, principalmente por causa dos encargos setoriais relacionados a subsídios cruzados, que não têm correlação com o setor, ou por falta de transparência na formação do preço”, diz Claudia Schaeffer, diretora global de negócios para energia e mudanças climáticas da Dow. Para enfrentar as altas tarifas, empresas como a Dow investem em contratos de energia com objetivo de ter previsibilidade de custo no longo prazo e ao mesmo tempo ter acesso a energia limpa.

“Em 2021, a empresa assinou contrato com a Casa dos Ventos para a compra de energia eólica para sua unidade em Cabangu, Minas Gerais, em um contrato de 15 anos com garantia de fornecimento de 60 MW contínuos para a unidade. Além da aquisição de energia, o contrato prevê que a Dow terá a opção de fazer um investimento nos parques eólicos, possibilitando, no futuro, o regime de autoprodução”, conta. A geração de energia fornecida pela Casa dos Ventos para a Dow virá do parque eólico Rio do Vento, localizado no Rio Grande do Norte. Além do contrato com a Casa dos Ventos, quatro unidades de pequeno porte da Dow aderiram ao mercado livre, onde adquiriram energia gerada de fontes renováveis. Com essa migração, a empresa deixará de emitir 925 toneladas de CO₂ por ano, diz a diretora da Dow.

“As fontes renováveis, nos últimos anos, passaram a ser atraentes dentro do mercado livre. Até 2017, o grande ambiente de venda eram os leilões, mas hoje conseguimos atrair muitos clientes desse mercado”, diz Ivan Hong, CFO da Casa dos Ventos. Especialmente porque, a partir de



DIVULGAÇÃO

Melcop, do Souto Correa: preços maiores no mercado regulado

2020, muitas dessas companhias grandes consumidoras implantaram projetos de descarbonização em seu negócio, completa Hong.

A demanda por fontes de energia de baixo carbono cresceu muito e tende a aumentar no momento em que governos e empresas, como a Shell, avançam em suas agendas de descarbonização, afirma Carolina Bunting, gerente de novos negócios da Shell Energy Brasil. “Projetos de autoprodução de energia são muito vantajosos, primeiro porque afastam o risco de desabastecimento e depois porque o custo, além de previsível, é menor”, diz Carolina.

Em fevereiro, a empresa firmou acordo vinculante para a formação de uma joint venture com a Gerdau para o desenvolvimento, construção e operação de um parque solar em Minas Gerais, com previsão de construção para 2023. Metade da energia limpa produzida será oferecida no mercado livre de energia pela Shell Energy Brasil. O acordo prevê participação igualitária das empresas no negócio. “Essa joint venture é um bom exemplo de como a autoprodução é um negó-

cio interessante para consumidores eletrointensivos”, diz a executiva da Shell Energy.

Na proposta de produção de energia limpa, a SPI Brasil, subsidiária da State Power Investment Corporation of China (SPIC), um dos cinco maiores grupos de energia da China, fez parceria com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), da Eletrobras, para o desenvolvimento de projetos de energia no Brasil, uma prioridade dentro da plataforma de crescimento do grupo no mercado brasileiro. “Por meio do Cepel, engenheiros da China vão trazer soluções, criar projetos-piloto, a partir deste mês de abril e pelos próximos 18 meses, no mercado de energia limpa”, diz Adriana Waltrick, CEO da SPIC no Brasil.

A parceria, conta Adriana, permitirá o desenvolvimento de conhecimento para identificar as formas mais adequadas e mais baratas para a produção especialmente de hidrogênio verde, obtido por meio da eletrólise, com uso da água, e por isso 100% sustentável, e da amônia verde, matéria-prima usada em larga escala na fabricação de fertilizantes.